COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.609, DE 2017

Altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “dispõe sobre as Sociedades por Ações”, para ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.

Autor: SENADO FEDERAL - RONALDO CAIADO

Relator: Deputado COVATTI FILHO

I - RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta Casa, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que “Altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que ‘dispõe sobre as Sociedades por Ações’, para ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários”.

Na justificção, o Autor registra que a regra vigente dispensa as empresas com menos de vinte acionistas e patrimônio líquido de até um milhão de reais, entre outros requisitos, da publicação de edital para convocar assembleia geral, dos pareceres do conselho fiscal, de auditores independentes, do relatório dos negócios sociais e das demonstrações financeiras. A proposição amplia para dez milhões de reais o patrimônio líquido

exigido para fazer jus aos referidos benefícios, ampliando o número de empresas que terão reduzidos os seus custos operacionais.

Sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões e ao regime de tramitação prioritária, a proposição foi distribuída à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e à Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD), bem como à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, em reunião ordinária realizada em 31.10.2017, aprovou o PL nº 7.609/2017, com emenda, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Walter Ihoshi. Referida emenda acrescentou o art. 2º ao Projeto de Lei e reenumerou o art. 2º da proposição como art. 3º, com a seguinte redação:

“Art. 2º A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, é acrescida do seguinte art. 289-A:

“Art. 289-A A partir de 1º de janeiro de 2022, as publicações a que se refere o caput do art. 289 obedecerão ao seguinte:

I – deverão ser efetuadas em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no sítio do mesmo jornal na internet, cabendo a este providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos no sítio próprio, por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICPBrasil;

II - no caso de demonstrações financeiras, a publicação de forma resumida deverá conter, no mínimo, comparativamente com os dados do exercício social anterior, informações ou valores globais relativos a cada grupo e respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas, no parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver.

Parágrafo único. Ficam mantidas as disposições constantes dos parágrafos do art. 289.”

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada em 25.4.2018, concluiu unanimemente pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e

orçamentária do Projeto de Lei 7.609/17 e da Emenda adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e, no mérito, pela aprovação, com emenda, nos termos do nosso Parecer como Relator. Referida emenda é idêntica àquela aprovada pela CDEICS, acima transcrita.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cumprido que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, se manifeste acerca dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa do PL nº 7.609/2017 e das emendas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e pela Comissão de Finanças e Tributação.

O projeto de lei atende aos **pressupostos constitucionais formais** relativos à competência desta Casa. A matéria é expressamente atribuída à União no âmbito da legislação privativa, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal. Em consequente, a competência também é atribuída ao Congresso Nacional, nos termos do *caput* do art. 48, que lhe incumbe dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Quanto à **constitucionalidade material**, o projeto de lei também não encontra obstáculo no ordenamento jurídico. A simplificação proposta confere efetividade ao art. 3º, II, da Carta Política, e a diversos princípios gerais da atividade econômica constantes do art. 170.

No que respeita à **juridicidade**, a proposição é compatível com as normas infraconstitucionais do nosso ordenamento jurídico.

A **técnica legislativa e a redação** empregadas também nos parecem adequadas, tendo sido observados os parâmetros fixados na Lei Complementar nº 95/1998.

Ao seu turno, as emendas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e pela Comissão de Finanças e Tributação atendem aos pressupostos constitucionais formais e materiais e aos requisitos de juridicidade.

Quanto à técnica legislativa e redação, é desnecessário o parágrafo único ao art. 289-A, acrescentado à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelas duas emendas. Com idêntica redação, tal parágrafo único dispõe que “Ficam mantidas as disposições constantes dos parágrafos do art. 289”. Ora, se não há revogação expressa ou tácita, não é preciso reafirmar a vigência dos dispositivos. Tal desconformidade é corrigida mediante subemendas de redação.

Em face do exposto, concluímos o nosso voto no sentido da **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.609/2017** e das emendas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e pela Comissão de Finanças e Tributação, nos dois últimos casos, com as subemendas de redação anexas, saneadoras da inadequação apontada.

Sala da Comissão, em 23 de maio de 2018.

Deputado COVATTI FILHO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.609, DE 2017

Altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “dispõe sobre as Sociedades por Ações”, para ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA DA CDEICS

Suprima-se, porquanto desnecessário, o parágrafo único ao art. 289-A, acrescentado à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela emenda aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, ao projeto em epígrafe.

Sala da Comissão, em 23 de maio de 2018.

Deputado COVATTI FILHO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.609, DE 2017

Altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que “dispõe sobre as Sociedades por Ações”, para ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA DA CFT

Suprima-se, porquanto desnecessário, o parágrafo único ao art. 289-A, acrescentado à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela emenda aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação, ao projeto em epígrafe.

Sala da Comissão, em 23 de maio de 2018.

Deputado COVATTI FILHO
Relator